



## GABINETE DO VEREADOR JORGE QUINTINO

**Requerimento Nº       /2024**

Requeiro à Mesa Diretora dessa Respeitosa Casa, depois de ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caruaru, Rodrigo Pinheiro, Anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de reservas de apartamentos térreos dos conjuntos habitacionais populares para idosos e pessoas com deficiência que sejam beneficiários de programas habitacionais.

**Anteprojeto: Anteprojeto modelo para se tornar Projeto de lei dispõe sobre a criação de reservas de apartamentos térreos dos conjuntos habitacionais populares para idosos e pessoas com deficiência que sejam beneficiários de programas habitacionais.**

**Art. 1º** - Ficam os apartamentos térreos dos conjuntos habitacionais populares reservados aos idosos e portadores de deficiência contemplados como beneficiários nos programas adotados pelo Poder Público Municipal.

**Parágrafo único** — A reserva de que trata o “caput” estende-se aos beneficiários dos programas cujos dependentes incluam pessoas nessas condições.

**Art. 2º** - A garantia de reserva dos apartamentos térreos para as pessoas com deficiência deverá observar a comprovação de sua condição por meio de atestado médico.

**Art. 3º** - Entende-se idosos como pessoas acima de 60 anos de idade, conforme a Lei Federal nº 10.741, de 1ª de outubro de 2003, sendo reservado para essas pessoas com a comprovação por meio de documento de identificação com foto

**Art. 4º** - As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

19 de dezembro de 2024.



**Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor**



## JUSTIFICATIVA

Além de inúmeras discriminações, dificuldades financeiras e solidão, os idosos e os deficientes físicos enfrentam dificuldade de locomoção, inclusive na própria residência.

Em decorrência do processo de envelhecimento da população, o Município deve assumir a prioridade de assistência aos idosos. Que pelo avançar da idade tem problemas de locomoção onde é dificultado em prédios.

Assume também, a responsabilidade de uma consciência para a autonomia dos deficientes e uma motivação para a defesa de seus direitos.

O Anteprojeto tem como objetivo garantir um mínimo de dignidade para aqueles que não possuam capacidade física para enfrentar os inúmeros desafios das moradias em prédios. É especificado no estatuto do idoso a prioridade para concessão de auxílio para essa devida categoria.

Art.3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

As pessoas com deficiência física necessitam lidar com os limites e dificuldades decorrentes da deficiência e simultaneamente desenvolver todas as possibilidades e potencialidades. Podendo produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

19 de dezembro de 2024.

**Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor**